

RETORNO À ESCOLA: MOTIVAÇÃO E FINALIDADES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE EJA ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS TERESINA CENTRAL DO IFPI

Lílian Cristina Gomes de Souza e Silva ¹

Jailton Rodrigues de Sousa ²

Gleidson Alves Costa ³

RESUMO

Desigualdade socioeconômica, desestruturação familiar, violência urbana, fatores culturais, etc. são algumas das causas do abandono escolar de milhões de jovens no Brasil. Para fazer frente a esta dura realidade, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) consiste numa política pública que visa oportunizar o retorno à escola, desses milhões de jovens, e a integralização da formação em nível médio. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou identificar e compreender os aspectos relacionados à evasão dos estudantes na idade regular, bem como ao retorno e permanência deles na sala de aula. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de campo, tipo estudo de caso, com estudantes de uma turma do curso de EJA Administração, do Campus Teresina Central do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Os dados foram produzidos por meio de aplicação de questionário estruturado e analisados com base nas premissas de análise de conteúdo, de Bardin (2016), e do referencial teórico composto das publicações de Lima, Wiese e Haracemiv (2021), Costa et al. (2023), Banganho, Vitório e Rodrigues (2024). As análises foram organizadas em três categorias: causas da evasão escolar, motivos para o retorno à escola e finalidades relacionadas à permanência no curso. Os resultados obtidos indicam que: quanto ao retorno, a maior parte dos estudantes abandonou os estudos pela necessidade de trabalhar para compor a renda da família. Os pesquisados responderam que retornaram para a sala de aula com o intuito de expandir os conhecimentos e qualificação profissional; e os motivos que os fazem permanecer no curso é a autorrealização pela aprendizagem de novos conhecimentos, qualificação e atuação dos professores.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Evasão Escolar, Retorno à Escola, Permanência e Êxito.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura educacional brasileira apresenta falhas e deficiências que se arrastam ao longo dos tempos. Ao observar as outras nações, nota-se que elas conseguiram ampliar a qualidade de vida do seu povo por meio da educação, de modo que a mudança conjuntural de uma nação não depende somente da educação, mas é certo que não pode ocorrer sem esta.

¹ Mestre em Tecnologia e Educação à distância (UFRPE) e professora efetiva do Instituto Federal do Piauí (IFPI), lilian.cristina@ifpi.edu.br;

² Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e professor efetivo do Instituto Federal do Piauí (IFPI), jailtonsousa@ifpi.edu.br;

³ Graduado em Administração e Secretariado. Especialista em Inovação e Empreendedorismo, gley_adm@hotmail.com.



Caracterizado por suas dimensões continentais, aliado à diversidade de culturas, credos, economias, etc. o Brasil ainda não conseguiu transpor algumas fases elementares rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Infelizmente, uma grande quantidade de pessoas não consegue permanecer na escola até o final da educação básica, fomentando graves problemas sociais. Neste cenário, percebe-se que o Programa Nacional da Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA é uma ação concreta para a mudança da realidade descrita. Assim, o fortalecimento de ações como a EJA é primordial, conforme defende Brasil (2007).

Neste sentido, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) ofertou uma turma de EJA no ano de 2024, com o intuito de cumprir seu papel da sociedade e levar educação de qualidade para este público, possibilitando sua formação básica. O presente artigo traz o seguinte problema: Quais aspectos motivam o público da EJA a retornar para a sala de aula e quais são finalidades na permanência e conclusão do curso?

Como objetivo geral, esta pesquisa pretende analisar a trajetória pessoal e acadêmica dos estudantes do curso de EJA Administração turma 2024 do Campus Teresina Central do IFPI. Como objetivos específicos, objetiva-se caracterizar a EJA e o perfil do público dessa modalidade de ensino; coletar dados com estudantes de uma turma de EJA Administração, de uma instituição federal de ensino; analisar os dados coletados à luz da teoria sobre o tema; identificar os motivos e finalidades envolvidos no retorno e permanência dos estudantes do curso analisado.

METODOLOGIA

Acerca dos procedimentos metodológicos, esta pesquisa está classificada como: aplicada, quanto à sua natureza; descritiva, quanto aos seus objetivos; estudo de caso, quanto aos procedimentos técnicos; qualitativa quanto à abordagem da análise dos dados.

No tocante à Ética na Pesquisa, considerando as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, o estudo: manteve o anonimato dos participantes; assegurou o sigilo das informações coletadas nas entrevistas; fez as devidas referências aos textos consultados para a fundamentação teórica da pesquisa; formalizou o consentimento dos participantes, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa em tela foi realizada no IFPI, campus Teresina Central, localizado na cidade de Teresina (PI). A turma analisada teve o início em 2024.1, com 45 ingressantes. Atualmente, a turma possui 31 estudantes regularmente matriculados.



Para a estruturação do trabalho realizou-se, primeiramente, o levantamento de referências em livros e publicações acadêmicas disponíveis em sítios da internet, além da legislação pertinente ao PROEJA. Do total de 31 estudantes da turma, foram aplicados 17 questionários. Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, que analisa o fenômeno pela sua natureza social, entende-se que este número de entrevistados é compatível com os objetivos, visto que não se buscou quantificar os motivos e finalidades dos participantes da pesquisa, mas sim identificá-las e compreendê-las, a partir dos relatos dos sujeitos pesquisados. O questionário continha questões relacionadas à caracterização pessoal e à trajetória pessoal e acadêmica dos participantes.

Para realizar a definição dos(as) partícipes, foram considerados os seguintes critérios de inclusão no estudo: a adesão voluntária à pesquisa; matrícula regular no semestre 2025.1. Como critério de exclusão, aplicaram-se: discordância em assinar o TCLE, matrícula trancada e participante que solicitar desistência durante o processo da pesquisa.

Na primeira etapa, os questionários foram analisados para verificação de eventuais erros de preenchimento, que pudessem comprometer sua validação e utilização na pesquisa. Todos os 17 questionários foram validados. Em seguida, foi realizada a definição das categorias de análise dos dados, seguindo os critérios da técnica análise de conteúdo, de Bardin (2016). Foram definidas as seguintes categorias de análise: causas da evasão escolar, motivos para o retorno à escola e finalidades relacionadas à permanência no curso. As análises foram feitas tomando como referência as publicações de Lima, Wiese e Haracemiv (2021), Costa et al. (2023), Banganho, Vítório e Rodrigues (2024), entre outras presentes no referencial teórico da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar a educação no Brasil não é tarefa simples nem fácil frente aos grandes e graves problemas econômicos, culturais e sociais presentes nesta nação com dimensões de continente. Mesmo a educação sendo um direito legal, ainda existem muitos sujeitos que não o gozaram, permanecendo numa parcela da sociedade excluída por não saberem ler e escrever, contrariando um direito subjetivo, Art. 5º da LDB/1996, e universal, Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Assim, cabe ao Estado garantir as condições necessárias para que os cidadãos tenham acesso e permaneçam na escola de modo a completarem sua educação básica. Entretanto, é fato que muitos são os brasileiros que não ingressam nas escolas ou se evadiram dela. Em



resposta a esta situação, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, constitui-se numa ação de estado voltada para atender a demanda de jovens e adultos analfabetos ou com formação básica incompleta, oportunizando que estes voltem ao ambiente escolar e gozem seu direito subjetivo à educação.

O PROEJA é regulamentado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. A concretização deste processo não depende apenas da garantia do direito em lei, mas envolve uma grande quantidade de recursos e trabalho. Uma vez garantida a oferta dos cursos PROEJA, é necessário que se garanta também a qualidade deles. Sobre isto, o Conselho Nacional de Educação declara ser essencial que os cursos, que visam restaurar ou garantir um direito educacional, não se tornem uma nova forma de negação para seus participantes, o que aconteceria com uma oferta desqualificada, seja ela presencial, a distância ou em modalidade híbrida (PARECER CEB 11/2000, p. 31).

Prezar pela qualidade dos cursos oferecidos é essencial, pois o público do PROEJA possui um perfil diferenciado, principalmente por ser composto de alunos que já se evadiram da escola por algum motivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se à continuidade e/ou regularidade da oferta de curso na modalidade PROEJA. Sobre esta temática, o Art. 4º, VII, da LDB/96 diz: “oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;”

A necessidade de oportunizar a educação básica para estas pessoas é fomentada por diversos fatores, entre eles a de incluí-los, por meio da alfabetização, na sociedade caracterizada como grafocêntrica, ou seja, onde os códigos escritos assumem função essencial para o desenvolvimento da maioria das atividades pessoais e profissionais. Logo, cabe ao estado reparar essa dívida social com estas pessoas. Sobre isso, Brasil (2000 p. 6) declara “Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade”.

Ainda segundo Brasil (2000), a EJA assume algumas funções básicas, são elas: Função Reparadora, (reparar os prejuízos culturais, sociais, econômicos etc.); Função equalizadora (reestabelecer a equidade) e Função permanente, (desenvolver a consciência de aprendizado contínuo e permanente). De modo complementar, percebe-se que a EJA não tem seu foco e objetivos limitados para a formação para o mercado de trabalho. Pelo contrário, possui visão de ser humano que transcende a ótica neoliberal, “[..] de forma que os processos



educativos estruturados a partir desse referencial deverão contribuir para a formação de cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade [...]” (BRASIL, 2007, p. 24).

A EJA apresenta-se como a oportunidade que os sujeitos têm de reconstruir sua vida, seja pessoal ou profissional, saindo de uma situação de exclusão social e alienação ideológica, imposta pelo sistema Neoliberal. Resgatar essa visão de homem é um dos grandes desafios da educação, inclusive na modalidade EJA.

Tão importante quanto saber as funções e objetivos da EJA é conhecer o perfil dos educandos que participam deste programa. A este respeito, o Art. 37 da LDB/96 expressa que "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". O público EJA é composto por pessoas historicamente excluídas por fatores econômicos, raciais, regionais, geracionais, etc. conforme declara (BRASIL, 2000, p. 5) "É de se notar que, segundo as estatísticas oficiais, o maior número de analfabetos se constitui de pessoas: com mais idade, de regiões pobres e interioranas e provenientes dos grupos afrobrasileiros". Nessa mesma perspectiva, O perfil dos estudantes do ensino médio tem se tornado cada vez mais heterogêneo, tanto em termos de idade quanto de condição socioeconômica. Essa mudança é impulsionada pela crescente incorporação de jovens e adultos que aspiram ao trabalho ou que já são trabalhadores em busca de estudo, muitos deles provenientes de grupos sociais que, até o momento, estavam sub-representados nessa etapa da escolaridade (CEB,1998).

Pelo texto, nota-se que o público EJA tem uma relação muito estreita com a necessidade de trabalhar. Entretanto, aqui o trabalho assume uma característica de obrigatoriedade e sobrevivência. Isto fica muito claro na parte que o autor declara "Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar".

Dessa relação com o trabalho evidencia-se outra característica forte do educando da EJA, a grande experiência de vida e profissional originada pela necessidade de trabalhar desde cedo. Sobre isto, Brasil (2000 p. 33) declara: "São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência [...]". Seu modo de perceber o mundo está ligado à prática e não apenas à teoria.

O enfrentamento desta realidade depende da capacidade de análise e compreensão de que os educandos da EJA possuem um perfil diferenciado, com peculiaridades que interferem diretamente na permanência e êxito destes educandos. Assim, o PROEJA não é apenas uma ação educacional de governo, nem somente o "pagamento" de uma dívida social e econômica com pessoas que não gozaram do seu direito constitucional de acesso à educação básica, mas



como a oportunidade que a sociedade tem de oferecer aos cidadãos excluídos a chance de sair desta condição por meio da educação.

Objetivando ampliar ainda mais a oferta para este público, com a elevação da escolaridade, a partir do ano de 2021 a flexibilização presente na Resolução nº. 01, de 25 de maio de 2021, permitiu também que instituições privadas pudessem ofertar a modalidade. No mesmo sentido, segundo o artigo 2º do mesmo decreto, a oferta de turmas poderá se dar da seguinte forma:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial; II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD); III – Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e IV – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na educação e aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 2021, p. 2)

Assim, por meio de todas estas ampliações, o público alvo do programa conta com várias alternativas para conseguir elevar sua escolaridade e cumprir o objetivo social e profissional dos cidadãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentadas as descobertas da pesquisa, estruturadas em quatro eixos centrais. Primeiro, será delineando o perfil dos estudantes de EJA, abordando seu contexto e trajetória, para em seguida aprofundar nas causas da evasão escolar. Posteriormente, analisar-se-ão os motivos para o retorno à escola e, por fim, as finalidades para a permanência no curso, oferecendo uma compreensão multifacetada da experiência dos participantes.

1 Perfil dos Estudantes de EJA: Contexto e Trajetória

A pesquisa do perfil dos dezessete participantes do curso de EJA Administração no Campus Teresina Central do IFPI revela uma maioria feminina (treze estudantes) e uma distribuição etária variada, com cinco indivíduos entre 50 e 59 anos, e quatro em cada faixa de 18-29, 30-39 e 40-49 anos. Essa composição demográfica reflete o público-alvo da EJA, voltado para aqueles que não acessaram ou não concluíram o ensino básico na idade adequada, conforme descrito por Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 133) que definem a EJA como "responsável por acolher homens e mulheres que, no passado, não tiveram condições de ingressar ou concluir seus estudos", e por Espinhara e Cavalcante (2021, p. 82) que a caracterizam como "destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade no



Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade regular". A trajetória escolar desses participantes predominantemente (quinze de dezessete) vem de escolas públicas.

No aspecto profissional, onze indivíduos não estão empregados, demonstrando a dificuldade de se inserirem no mercado, pelo fato de não terem concluído a formação básica. Dos seis com vínculo de trabalho, todos atuam no setor de serviços, sendo cinco em atividades informais e apenas um formalmente. A renda familiar per capita de todos os discentes não ultrapassa dois salários mínimos, com nove recebendo menos de um salário. Essa vulnerabilidade socioeconômica e educacional é destacada por Espinhara e Cavalcante (2021, p. 87), que apontam que esses indivíduos estão "ocupando profissões que muitas vezes são desvalorizadas socialmente". Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 137) complementam, indicando que as pessoas "[...] pesquisadas pertencem à classe popular brasileira, e que, por meio da EJA, dentre outros objetivos, elas buscam a melhoria de suas condições de vida", contextualizando a busca por qualificação.

Outro dado significativo é o hiato educacional declarado pelos participantes da pesquisa, sendo que doze dos dezessete estudantes ficaram mais de dez anos fora da escola. Essa descontinuidade prolongada exige abordagens pedagógicas que considerem as experiências de vida, com a EJA assumindo funções reparadoras e qualificadoras para superar desigualdades. A importância de se compreender as trajetórias escolares dos estudantes da EJA é ressaltada por Lima, Wiese e Haracemiv (2021), de modo que os programas PROEJA devem "considerar as características dos jovens e adultos atendidos" (BRASIL, 2006, p. 1).

2 Causa da evasão escolar

Os dados revelam que o abandono escolar entre os participantes da EJA é majoritariamente impulsionado por fatores socioeconômicos e demandas pessoais. A necessidade de trabalhar para compor a renda familiar foi citada por dez estudantes como o principal motivo de afastamento, refletindo pressões que forçam a interrupção da trajetória educacional. Tal cenário corrobora a percepção de que a escolarização é preterida em face de necessidades financeiras, alinhando-se à ideia de que o público da EJA "representa parcelas da população historicamente excluídas do processo educacional" (COSTA et al., 2023, p. 28).

Outros fatores que contribuem para o afastamento incluem gravidez e demandas familiares específicas, ambos mencionados por seis participantes, corroborando a pesquisa de Lima, Wiese e Haracemiv (2021). Dificuldades de aprendizagem e problemas de infraestrutura ou segurança (como distância e insegurança) também figuram entre as razões. Isso sublinha a necessidade de uma educação que considere "as características e interesses do



alunado, suas condições de vida e criar oportunidades de aprendizado apropriadas” (ESPINHARA e CAVALCANTE, 2021, p. 81).

3 Motivos para o retorno à escola e finalidades para a permanência no curso

As motivações para o retorno aos estudos estão fortemente ligadas a aspirações de desenvolvimento profissional e melhoria de vida. A busca por um salário/cargo melhor foi o principal fator para quinze participantes, reforçando que "o motivo principal para a permanência destes alunos é o trabalho" (ESPINHARA e CAVALCANTE, 2021, p. 91), evidenciando a educação como investimento para ascensão socioeconômica. Costa et al. (2023, p. 33) afirmam que as políticas de EJA devem “assegurar os meios para que a juventude e a vida adulta, por meio do trabalho e do conhecimento, realizem seu projeto de vida”, e tais aspirações profissionais são reforçadas pela busca por qualificação complementar.

Além das razões profissionais e econômicas, o retorno é impulsionado por motivações intrínsecas e sociais, como a expansão de conhecimentos (oito participantes) e a autocobrança para concluir o ensino médio (sete participantes), demonstrando um desejo pessoal por desenvolvimento intelectual e validação acadêmica. Manter-se ativo, produtivo e buscar a continuidade dos estudos também são impulsionadores, alinhando-se à função reparadora e qualificadora da EJA para a autonomia e desenvolvimento integral do indivíduo, conforme Costa et al. (2023, p. 29) ao discutir "realização pessoal" e "aprendizado contínuo" como motivos para o retorno.

A análise conjunta revela uma dinâmica cíclica onde as adversidades que levaram à interrupção educacional se tornam catalisadores para a retomada. Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 144) destacam o paradoxo: "a relação entre trabalho e escola é paradoxal, pois, apesar de o trabalho ser motivação para a saída precoce da escola, ele também é promotor de retorno ao espaço escolar". A pressão econômica que afasta é a mesma que impulsiona a busca por qualificação. A EJA, assim, resgata o direito à educação e concretiza projetos de vida, conforme Costa et al. (2023, p. 33) ao reforçar que as políticas de EJA devem "assegurar os meios para que a juventude e a vida adulta, por meio do trabalho e do conhecimento, realizem seu projeto de vida".

A permanência dos estudantes na EJA é influenciada por uma rede complexa de fatores, com destaque para o suporte institucional e a qualidade do ensino. A atuação docente, marcada por qualificação, empatia e flexibilidade pedagógica, é central. Onze participantes citaram a "qualificação dos professores" e outros onze a "atuação dos professores (empatia,



flexibilidade, paciência, etc)" como razões para permanecer. Banganho, Vítório e Rodrigues (2024, p. 1) apontam a relação direta entre a "prática pedagógica da professora, abrangendo desde as atividades até a relação afetiva que mantém com seus alunos" e a permanência discente. Espinhara e Cavalcante (2021) enfatizam que as escolhas pedagógicas dos professores da EJA impactam diretamente a permanência dos alunos.

A "estrutura física e/ou tecnológica da instituição/escola" foi um fator de permanência para oito estudantes, ressaltando a importância de um ambiente adequado. Banganho, Vítório e Rodrigues (2024) defendem que as práticas em sala de aula considerem o contexto material e a inclusão. É vital que a escola ofereça "condições ideais para trabalhar de acordo com objetivos e especificidades de seus alunos" (ESPINHARA e CAVALCANTE, 2021, p. 83), e Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 146) destacam a importância de o aluno ser "acolhido e inserido em um ambiente" com estrutura adequada à sua realidade.

Vínculos interpessoais e apoio comunitário também são cruciais. Seis participantes mencionaram o "incentivo de familiares/amigos/professores/servidores/colegas de trabalho" e três citaram o "vínculo de amizade com os colegas de classe" como fundamentais. Banganho, Vítório e Rodrigues (2024) reforçam a relação afetiva do professor, e Espinhara e Cavalcante (2021) mencionam a "relação afetiva entre professores e alunos" (p. 84) como impacto na permanência e inclusão social.

Os benefícios estudantis e serviços escolares gratuitos emergiram como motivadores importantes para a permanência, citados por três participantes. Esse suporte financeiro ou material é vital, considerando que muitos estudantes da EJA enfrentam dificuldades socioeconômicas que afetaram seu percurso educacional anterior (LIMA, WIESE e HARACEMIV, 2021). Espinhara e Cavalcante (2021, p. 82) salientam que é dever do Poder Público "estimular a permanência dos mesmos na escola por meio de ações integradas e complementares entre si", incluindo auxílio financeiro e transporte. Tais medidas mitigam barreiras práticas, promovendo um ambiente equitativo e acessível, central na visão de Costa et al. (2023) sobre o combate à exclusão social pela educação, permitindo que o estudante foque na aprendizagem e consolide sua permanência.

As motivações intrínsecas para permanecer são evidentes, com quatorze participantes indicando a "autorrealização pela aprendizagem de novos conhecimentos" e quinze buscando "expandir os conhecimentos", refletindo um desejo de desenvolvimento pessoal. Banganho, Vítório e Rodrigues (2024) ressaltam a importância dos objetivos pessoais que visam autonomia. Costa et al. (2023, p. 31) afirmam que "alguns adultos podem estar estudando



novamente por prazer ou para realizar um sonho pessoal de concluir seus estudos", e Lima, Wiese e Haracemiv (2021) reiteram a educação como projeto de vida fundamental.

Paralelamente, as motivações externas, como a busca por melhores condições de trabalho, são poderosos elementos de engajamento. Embora ninguém tenha citado "cumprir a exigência mínima (ensino médio) para manter o emprego", nove estudantes buscam "qualificação profissional complementar" e cinco almejam a "melhoria do salário/cargo" como motivos para permanência. Muitos veem a escola como meio para alcançar objetivos, acreditando que "o estudo pode ajudar não apenas a formar cidadãos, mas também é um primeiro preparo para que possa conseguir um bom trabalho" (COSTA et al., 2023, p. 31), impulsionando a sua permanência. A combinação desses fatores cria um ambiente propício para a perseverança na EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difícil realidade brasileira, marcada por altos índices de abandono escolar, justifica a existência da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que surge com o propósito de oferecer a oportunidade de concluir os estudos básicos fora da idade regular. Para conhecer os múltiplos fatores que impulsionam o retorno e a permanência de estudantes nessa modalidade, esta pesquisa foi aplicada com 17 estudantes do curso de EJA Administração no Campus Teresina Central do IFPI. Neste contexto, é fundamental conhecer os fatores, no âmbito do IFPI, e compreender sua correlação com outras pesquisas semelhantes sobre essa temática.

Os resultados da pesquisa alinham-se fortemente com a literatura utilizada no que se refere aos motivos de abandono e retorno. A "necessidade de trabalhar para compor a renda familiar" foi o principal impulsionador para 10 dos participantes, ecoando as constatações de Costa et al. (2023) sobre a prioridade da sobrevivência. Fatores como "gravidez", "demandas familiares específicas" e "dificuldades de aprendizagem" também foram citados, corroborando as razões de interrupção identificadas por Lima, Wiese e Haracemiv (2021). No que tange às motivações para o retorno e a permanência, a pesquisa reafirma padrões da literatura: a "busca por expandir os conhecimentos" foi mencionada por 15 participantes, e a "autorrealização pela aprendizagem de novos conhecimentos" (14 participantes) reforça a visão da educação como projeto de vida. Fatores institucionais, como a influência positiva da "qualificação dos professores" e da "estrutura física e/ou tecnológica", são igualmente relevantes para a manutenção desses alunos, como enfatizado por Espinhara e Cavalcante (2021).



A partir dos resultados desta pesquisa, alinhados à literatura existente sobre EJA, constata-se a urgência de políticas educacionais mais robustas e contextualizadas, tanto para o Campus Teresina Central do IFPI quanto para o cenário nacional. A significativa proporção de estudantes com longo afastamento escolar exige estratégias de acolhimento diferenciadas e currículos que reconheçam suas experiências de vida, conforme propõe Lima, Wiese e Haracemiv (2021). É imperativo investir na formação continuada de professores, enfatizando uma prática pedagógica humanizadora e flexível, como ressaltado por Banganho, Vitorio e Rodrigues (2024), além de aprimorar a infraestrutura e flexibilizar horários (Espinhera e Cavalcante, 2021). A oferta de benefícios estudantis, capaz de combater a exclusão (Costa et al., 2023), é crucial para fortalecer a EJA como caminho efetivo para qualificação, autonomia e realização de projetos de vida, em consonância com as diretrizes da LDB.

REFERÊNCIAS

BANGANHO, Ana Beatriz Queiroz; VITÓRIO, Leticia de Aro; RODRIGUES, Maria Crisina Teiga. OS MOTIVOS DO RETORNO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E SEUS DESAFIOS. **Anais do 15º Fórum Científico UNIFUNEC:** Educação, Ciência e Tecnologia, 25 a 28 de setembro, Santa Fé do Sul (SP), v.15, n.15, 2024. ISSN: 2318-745X. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/forum/article/view/6639>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. [Dados da edição]. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB Nº. 11/2000 e Resolução CNE/CEB Nº. 1/2000.** Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB Nº. 15/1998 e Resolução CNE/CEB Nº. 3/1998.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, junho 1998.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº. 1, de 28 de maio de 2021b.** Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-ceb-001-2020-05-28.pdf>.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 23 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de junho de 2013.

Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de maio de 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 1, de 05 de janeiro de 2021a**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne-cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Educação profissional técnica de nível médio / ensino médio**. Documento Base, 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

COSTA, B. K. P.; SOUZA, C. M. L.; OLIVEIRA, E. S. P.; OLIVEIRA, E. H. V. P. R.; VALENTIM, E. R. C.; BARBOSA, G. A. S.; SANTOS, T. O. Fatores e motivações da evasão e retorno dos estudantes do Ensino de Jovens e Adultos (EJA): Um estudo de caso em uma escola em Recife (Pernambuco). **Educação Ambiental** (Brasil), v.4, n.1. 028-034 (2023). Disponível: <https://educacaoambientalbrasil.com.br/index.php/EABRA/article/view/96>.

ESPINHARA, Gustavo Henrique Ferreira; CAVALCANTE, Maria José Gomes. RETORNO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): motivos e desafios. **Revista Educação e (Trans)formação**, Garanhuns. v. 6, dez. 2021. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/download/4718/482484509>.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. AS MULHERES DA eja: Do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Rev. FAEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faceba/article/view/11123>.

